

Revisão da Carta Educativa do Concelho de Cascais Elaboração do Plano Estratégico Educativo Municipal

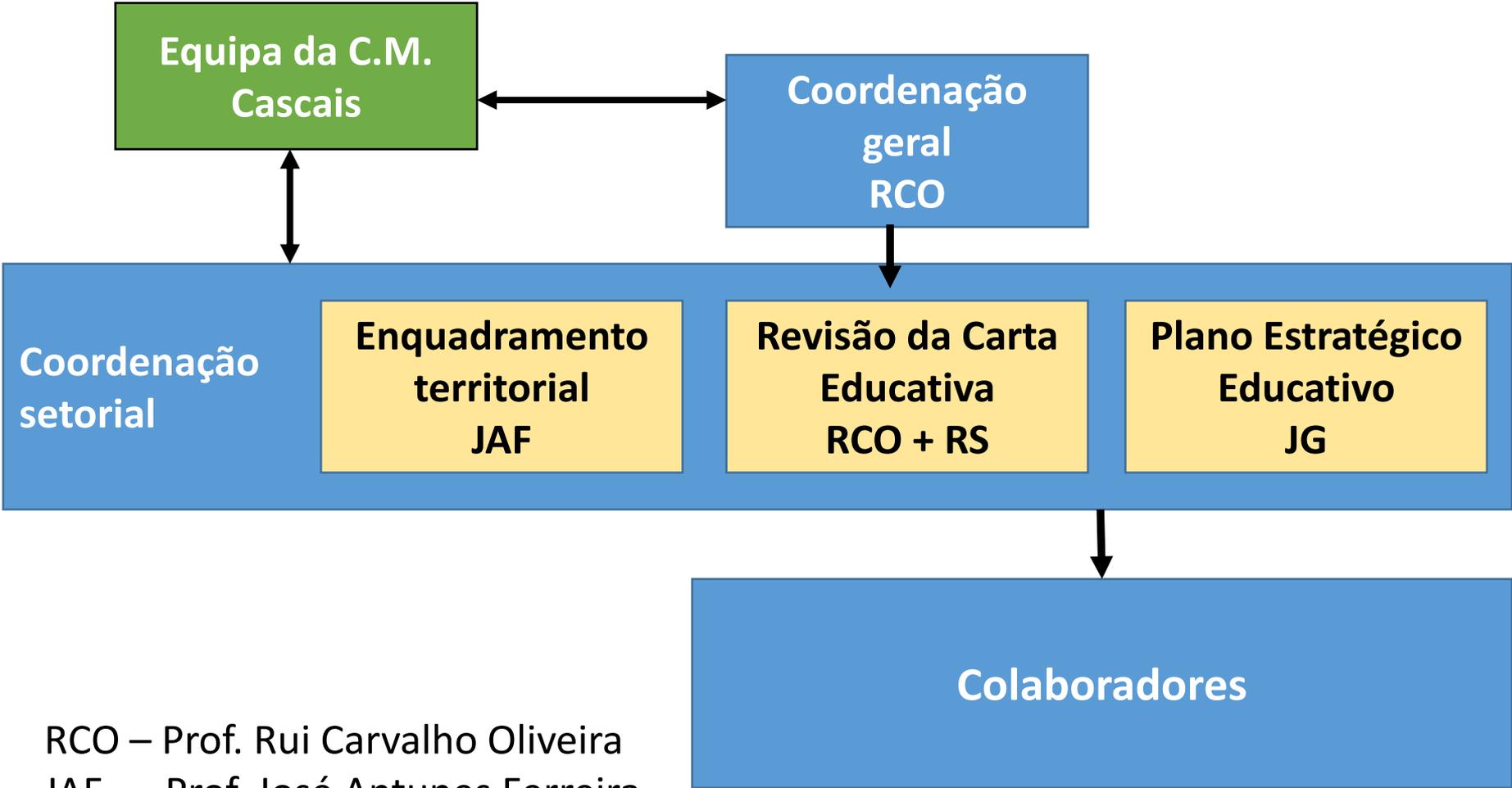
Metodologia e Programa de Trabalhos

24 de fevereiro 2016

- 1. Equipa de trabalho**
- 2. Carta Educativa: conceito e objetivos**
- 3. Planeamento dos trabalhos**
- 4. Metodologia de trabalho**
- 5. Estratégia de comunicação e participação**

1. Equipa de trabalho CMC e IST (CESUR/Ceris)

Equipa de trabalho [CMC - IST (CESUR/Ceris)]



- RCO – Prof. Rui Carvalho Oliveira
- JAF – Prof. José Antunes Ferreira
- JG – Prof. Jorge Gonçalves
- RS – Eng. Ricardo Spínola

CESUR

2. Carta Educativa: conceito e objetivos

D.L. 7/2003 de 15 de Janeiro - Artigo 10.º

“ A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município”

D.L. 7/2003 de 15 de Janeiro - Artigo 11.º

“ 1 — A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar.

2 — A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas. ...”

D.L. 7/2003 de 15 de Janeiro - Artigo 11.º (cont.)

“... 3 — A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

4 — A carta educativa deve incluir uma análise prospectiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.

5 — A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.”

D.L. 7/2003 de 15 de Janeiro - Artigo 12.º

“1- A carta educativa tem por objeto a identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extra-escolar.

(...)

3- A carta educativa incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária.”

D.L. 7/2003 de 15 de Janeiro - Artigo 12.º (cont)

“4- A carta educativa deve incidir, igualmente, sobre a concretização da ação social escolar no município, nos termos das modalidades estabelecidas na lei e de acordo com as competências dos municípios, do Ministério da Educação e demais entidades.

5- A carta educativa deve prever os termos da contratualização entre os municípios e o Ministério da Educação, ou outras entidades, relativamente à prossecução pelo município de competências na área das actividades complementares de acção educativa e do desenvolvimento do desporto escolar, de acordo com tipologias contratuais e custos padronizados, a fixar em protocolo a celebrar entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses.”

- **Instrumento sectorial de planeamento que visa assegurar a adequação da rede de equipamentos de educação Pré-escolar e de Ensino Básico e Secundário às ofertas educativas que seja necessário satisfazer no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico perspectivado no PDM**
- **A rede educativa deve constituir-se como um pilar de suporte das estratégias de desenvolvimento do município subjacentes ao PDM numa vertente – a educação – que é, de forma crescente, um fator de determinante da capacidade de atrair e fixar as populações e de alavancar a competitividade das cidades e regiões**

3. Planeamento dos trabalhos

- **Duração total : 10 meses** (de calendário) - Jan a Out 2016
- Faseamento previsto:
 - **Fase I - Enquadramento e contextualização** – 8 semanas
13 Jan a 7 Março (1º relatório intercalar)
 - **Fase II - Enquadramento Territorial** – 8 semanas
25 Jan a 21 Março (2º relatório intercalar + discussão dos dois primeiros relatórios com o Conselho Municipal de Educação)
 - **Fase III - Diagnóstico Estratégico** – 12 semanas
4 Abr a 27 Jun (3º relatório intercalar + discussão com o Conselho Municipal de Educação)
 - **Fase IV - Análise conclusiva e propostas de intervenção**
– 8 semanas - 5 Set a 31 Out (relatório final + discussão com o Conselho Municipal de Educação)

4. Metodologia de trabalho

Fase I: Enquadramento e contextualização

- Identificação e análise do quadro legislativo e orientador da Carta Educativa
- Perspetivação das relações entre atores no processo de transferência de competências
- Análise e avaliação do grau de execução das propostas da Carta Educativa vigente
- Levantamento e análise das experiências acumuladas nas áreas de competência municipal no âmbito da educação
- Levantamento da rede de estabelecimentos de educação e ensino existentes
- Preparação e lançamento dos inquéritos para recolha de dados sobre as escolas

Fase II: Enquadramento Territorial

- Análise da integração do concelho na região envolvente
- Análise das transformações demográficas ocorridas no período 2001- 2015
- Estudo dos movimentos pendulares intra e inter concelhios (casa-escola e casa-trabalho)
- Análise do sistema de povoamento e da rede urbana (em articulação com a revisão do PDM)
- Caracterização do perfil funcional do concelho

Fase III: Diagnostico Estratégico

3 grandes domínios de trabalho:

1. Ponderação sobre diagnósticos estratégicos (PDM e Diagnóstico Social) e princípios orientadores dos Instrumentos Municipais de Ordenamento do Território (nomeadamente do PDM)
2. Análise e caracterização da situação atual e evolução passada recente do sistema educativo
3. Cenarização e diagnóstico prospetivos

Fase III: Diagnóstico Estratégico

2. Análise e caracterização da situação atual e evolução passada recente do sistema educativo:

- Caracterização dos equipamentos educativos
- Análise da evolução da procura, da oferta e do desempenho do sistema
- Caracterização das ofertas educativas
- Caracterização das áreas de apoio à família e da ação social escolar
- Avaliação dos serviços de transporte escolar
- Caracterização do ensino secundário
- Avaliação do projeto “escola a tempo inteiro”
- Compilação e análise dos contributos de *stakeholders*
- Análise SWOT ao sistema educativo
- Análise da estrutura orgânica municipal da área da educação

Fase III: Diagnostico Estratégico: Análise da evolução da procura e da oferta

Estudos demográficos desenvolvidos no âmbito do PDM

Dados do INE Estatísticas regionais e da educação

Dados das escolas, agrupamentos e Município



N.º de alunos (por escola, freguesia, etc.),
Taxas de sucesso, repetência e abandono,
Taxas de escolarização,
Taxas de ocupação,
Relações alunos/recursos,
Despesa média por aluno e apoios sociais, etc.

Fase III: Diagnóstico Estratégico

3. Cenarização e diagnóstico prospetivos

- Interpretação da evolução demográfica recente,
- Projeções PDM ou
- Projeções demográficas – *cohort survival*

- Análise da oferta e procura e sua evolução desde 2001
- Adequação às necessidades

- **Cenários prospetivos da procura de ensino**
- **Balanços prospetivos de oferta-procura**
 - **Identificação das problemáticas**

Fase IV: Análise conclusiva e propostas de intervenção

- Compilação e análise dos contributos recebidos
- Explicitação dos princípios orientadores e da metodologia adotada na reconfiguração e monitorização da rede pública de equipamentos de ensino
- Reconfiguração dos territórios educativos existentes
- Elaboração das propostas de ações a contemplar na Carta Educativa
 - Propostas de melhoria do desempenho educativo, estratégias, atividades e recursos
 - Proposta de calendarização das intervenções
 - Plano de financiamento das intervenções propostas
- Elaboração de propostas de procedimentos de monitorização

➤ **Elaboração em paralelo com revisão da Carta Educativa de Cascais**

- ❑ Elementos de enquadramento e diagnóstico desenvolvidos durante as Fases I, II e III
- ❑ **Na Fase IV, elaboração da proposta de Plano Estratégico Educativo Municipal, contemplando nomeadamente os seguintes aspetos:**
 - Identificação das grandes linhas de orientação para o ensino pré-escolar, básico e secundário particular e cooperativo, bem como a necessidade de articular esta oferta do ensino particular e cooperativo com a do sistema público de educação;
 - Explicitação de vetores estratégicos e linhas gerais da ação a que deverá obedecer o Plano Estratégico Educativo Municipal, definido metas/indicadores de melhoria de desempenho educativo, estratégias, atividades e a respetiva calendarização;
 - Elaboração de uma proposta para o desenvolvimento de componentes locais do currículo a integrar o currículo nacional, em função das prioridades estratégicas definidas pelo município.

➤ O projeto abarca ainda a elaboração de proposta de um **modelo para a reorganização dos serviços municipais**

5. Estratégia de comunicação e participação

Propósito central: transmitir e envolver adequadamente nos objetivos e avanços do projeto as diferentes entidades e atores com interesse na intervenção educativa, e a comunidade cascalense em geral, fomentando também a apresentação de contributos

Proposta de Plano de Comunicação e de Participação contempla **4 vetores principais:**

- **Sessões de trabalho com o Conselho Municipal de Educação** (uma inicial e no final das Fases I+II, III e IV), com apresentação e discussão de relatórios intermédios e final
- **Workshops sectoriais** com agentes e atores da intervenção educativa e dos setores político, económico, social, cultural e desportivo
- **3 sessões públicas** (abertas à comunidade)
- Divulgação de documentos e recolha de contributos (institucionais, coletivos ou individuais) através da internet

Processo participativo de elaboração da Carta Educativa, com efetivo envolvimento dos diferentes “*stakeholders*”

Plano de Comunicação e de Participação contempla três momentos básicos, com as seguintes **sessões públicas (abertas à comunidade)** em cada um deles:

- Comunicação inicial do projeto (objetivos, metodologia e calendário do trabalho); inicia-se aqui a auscultação/consulta pública;
- Comunicação intermédia (resultados preliminares com ênfase no diagnóstico estratégico) - auscultação/consulta pública;
- Comunicação final do projeto (propostas de atuação e resultados finais do projeto)

Últimas notícias

23 Fev Bairro dos Museus assinala primeiro aniversário com concerto e entradas gratuitas

22 Fev "Europa, Migrantes e Interculturalismo" debate-se em Cascais

22 Fev Livros "Zero Desperdício" para mais de 5 000 alunos do concelho

22 Fev Millennium Estoril Open: Confirmado o primeiro jogador do Top-20 mundial, Gilles Simon

19 Fev O melhor do chocolate está a chegar a Cascais

Cascais chama municípios para rever Carta Educativa

Like Share 226



A Câmara Municipal de Cascais promove, na próxima quarta-feira (24 fev), às 18h00, no Centro Cultural de Cascais, a primeira sessão pública de esclarecimento no âmbito do processo de Revisão da Carta Educativa do concelho e da elaboração do plano estratégico educativo municipal.

Dirigida à comunidade educativa, encarregados de educação, mas também à população em geral, esta primeira sessão pretende explicar em que consiste o processo de revisão da Carta Educativa, documento estratégico de planeamento das políticas educativas implementadas no concelho de Cascais.

As sugestões e opiniões de toda a população residente no concelho (municípios, entidades públicas, estruturas representativas do tecido empresarial local, organizações privadas com ou sem fins lucrativos) são bem-vindas, contribuindo para alcançar os desafios, presentes e futuros, inerentes à construção de um projeto educativo de base municipal. Estão também disponíveis [aqui](#) os documentos para recolha de sugestões e contributos (institucionais, coletivos ou individuais).

No processo de revisão da Carta Educativa do Concelho, a autarquia conta com o apoio de uma equipa do Instituto Superior Técnico com larga experiência em execução de cartas educativas.